

03 de junho de 2019

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Minas é o nosso negócio

MINERAÇÃO PRECISA DE MUDANÇAS NO PROCESSO PRODUTIVO

Com vasta experiência em diversos setores da indústria, sobretudo mineração e siderurgia, Wilson Brumer assumiu a presidência do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) em meio à maior crise vivida pelo setor extrativo de Minas Gerais.

No cargo há pouco mais de um mês, o executivo quer despertar a consciência de agentes da cadeia produtiva do minério de ferro para as transformações necessárias à extração mineral.

A começar pela própria comunicação, pois, para ele, há ruídos entre o setor e a sociedade, que estão prejudicando ainda mais a imagem da mineração.

“Se antes a atividade já não era vista de forma positiva, depois dos últimos acontecimentos, piorou”, disse em relação aos rompimentos de barragens da mineradora Vale ocorridos no Estado em Mariana (2015) e Brumadinho no início deste ano.

“A sociedade precisa entender a importância do setor, pois o desenvolvimento de Minas Gerais passa pelas minas. Mas a atividade também precisa se transformar e atualizar, pois não pode ser feita a qualquer custo. Precisamos de um ambiente propício, que conjugue segurança jurídica e atratividade sem deixar de lado as questões sustentáveis, sejam elas de cunho ambiental ou social”, completou em entrevista ao DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Novas soluções – Para isso, o Ibram tem trabalhado fortemente no aperfeiçoamento das práticas aplicadas à produção e aos demais processos industriais da mineração. Dentro disso, o presidente do conselho citou o evento “Fornecedores de Tecnologias para gestão e manejo de rejeitos de mineração”, a ser realizado, em Belo Horizonte, na próxima semana.

Na ocasião, empresas brasileiras e também companhias com atuação internacional vão apresentar às mineradoras novas soluções desenvolvidas para melhorar a gestão e o manejo dos subprodutos do beneficiamento mineral ou rejeitos minerais. A ideia, conforme Brumer, é aproximar fornecedores e mineradoras que investem constantemente na gestão dos subprodutos da atividade.

“Além disso, será uma oportunidade de disseminar conhecimento em torno das novas tecnologias, serviços e produtos desenvolvidos no Brasil e em outros países”, comentou.

Sobre novas técnicas de extração e destinação de resíduos, o presidente do Conselho Diretor do Ibram lembrou da riqueza geológica brasileira, bem como da necessidade de incentivar a pesquisa mineral e a importância de aperfeiçoar a gestão e o manejo de rejeitos da mineração.

“Somos o primeiro produtor de nióbio do mundo e o terceiro produtor de minério de ferro. Ainda produzimos bauxita, caulim, rochas ornamentais, estanho, níquel, manganês, ouro, entre outros. Por isso, ao tratarmos do escopo da mineração, temos que considerar cada particularidade. São atividades diferentes, com demandas diferentes e perspectivas diferentes”, detalhou.

Especificamente sobre a destinação dos resíduos, ele também ressaltou que nem todos os processos admitem barragens a seco e que, mesmo este tipo de destinação, tem suas necessidades de segurança. Disse que é preciso buscar alternativas e tecnologias que aprimorem o processo e que dê a destinação correta para os rejeitos, inclusive com aproveitamento econômico.

Diversificação – Por fim, Brumer falou da importância da atuação de agentes públicos e privados na busca pela diversificação econômica e produção de produtos de maior valor agregado no Brasil. O dirigente admitiu que ambos são processos longos, porém, necessários à indústria nacional.

“São questões históricas e culturais. Mas devem fazer parte de uma agenda contínua das autoridades locais, estaduais e federais, como também de representantes do próprio setor, pois não são saudáveis para nenhum dos envolvidos. As empresas devem atuar como parceiras do desenvolvimento, mas não serem as únicas responsáveis pelo processo”, concluiu, enfatizando que o mesmo movimento também é observado em outras atividades que não somente a mineração.

Fonte: Diário do Comércio

Autora: Mara Bianchetti

Data: 28/05/2019



MINISTRO DIZ QUE FALTOU INVESTIMENTO

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse ontem que as mineradoras têm deixado de investir em sistemas mais modernos de monitoramento da segurança de barragens de rejeitos. "A tecnologia é fundamental, e ela está aí. Agora, a atividade econômica, às vezes, relega a tecnologia porque, no primeiro momento, parece que é mais barato utilizar tecnologias antigas, com o retorno econômico é maior", disse o ministro em audiência pública no Senado.

Albuquerque afirmou que a decisão empresarial de não adotar tecnologias mais modernas de monitoramento pode resultar em perdas econômicas e à imagem das empresas em caso de acidente. "Nós estamos vendo os prejuízos que a Vale está tendo, como outras já tiveram no passado e no presente, por renegar a tecnologia ao segundo plano", disse o ministro aos senadores da Comissão de Meio Ambiente.

Para o ministro Albuquerque, as últimas tragédias envolvendo o rompimento de barragens de rejeitos têm provocado uma mudança de mentalidade. "Acredito que já há uma conscientização. É uma conscientização que tem que ser trabalhada para que isso faça parte da nossa cultura, porque o Brasil é o terceiro país em produção mineral do mundo, atrás apenas da Austrália e Canadá, e ainda com enorme potencial", afirmou.

Ao falar da importância da mineração para país, Albuquerque afirmou que o setor gera três milhões de empregos, diretos e indiretos, e representa 4% do PIB nacional. "Esses números não justificam a perda de uma vida humana sequer, mas eles têm que ser considerados também dentro dessa conjuntura que nós vivemos", disse.

A Comissão de Meio Ambiente marcou a audiência pública para o ministro apresentar as providências do governo em relação ao rompimento do talude (parede) da mina Gongo Soco, em Barão de Cocais (MG), que poderá atingir a barragem Sul Superior. O complexo de mineração pertence à Vale.

"O monitoramento é diuturno e ininterrupto. Estão sendo monitorados de minuto a minuto, de segundo a segundo. As informações estão sendo passadas para aquelas pessoas que têm a responsabilidade e competência para adotar as medidas e ações necessárias para que não haja perdas de vidas humanas. É como é feito na questão de Barão de Cocais", disse Albuquerque, na audiência.

Fonte: Valor

Autor: Rafael Bittencourt

Data: 24/05/2019



BRASIL TEM SEGUNDA MAIOR RESERVA MUNDIAL DE TERRAS RARAS, MAS NÃO APARECE ENTRE OS MAIORES PRODUTORES

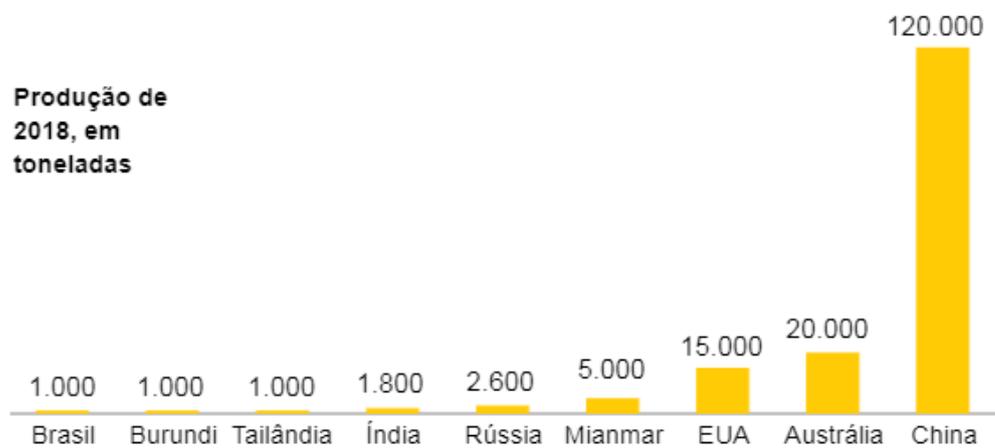
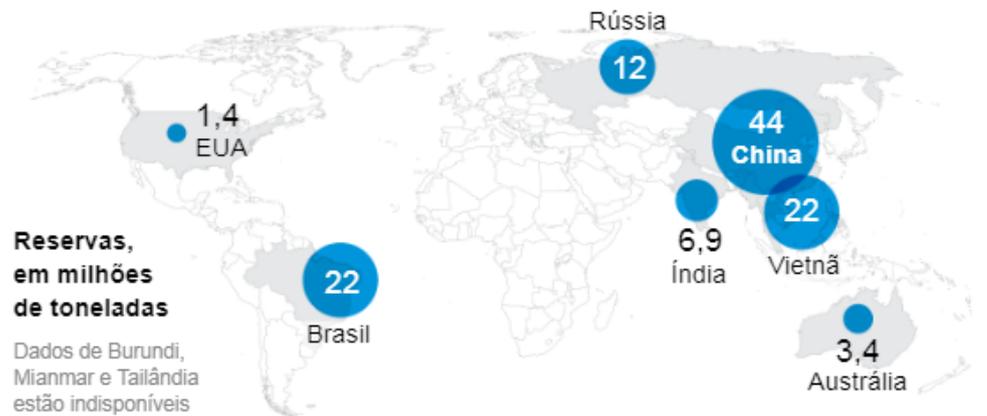
Até meados dos anos 1950, país liderou mercado mundial junto com a Índia

O Brasil possui, ao lado do Vietnã, a segunda maior reserva de terras raras no mundo, estimada em 22 milhões de toneladas, de acordo com o Serviço Geológico dos EUA. A produção fica em torno de 2 mil toneladas por ano. A exploração começou ainda no século XIX na faixa litorânea entre o norte do Rio de Janeiro e sul da Bahia. Inicialmente os minerais eram usados como lastro para os navios. Mais tarde começaram a ser usados em lâmpões a gás. Até meados dos anos 1950, o Brasil, ao lado da Índia, chegou a liderar o mercado mundial, mas acabou ultrapassado por produtores como a África do Sul, que modernizaram e dinamizaram a produção.

Em 2011 as terras raras foram consideradas "minerais estratégicos" pelo Plano Nacional de 2030 do Ministério de Minas e Energia, considerando que o uso dos elementos vai aumentar cada vez mais nos próximos anos. De acordo com outro estudo, o "Usos e Aplicações de Terras Raras no Brasil: 2012-2030", o país tem potencial para expandir sua produção e atuar como um dos principais exportadores. As maiores reservas se encontram no Amazonas, na área de Seis Lagos, e em Minas Gerais, na região de Araxá.

Os estudos também defendem mais investimento em tecnologias para o uso local das terras raras. Uma iniciativa está em processo final de implementação: é o LabFabITR, o primeiro laboratório e fábrica de ímãs de terras raras no Brasil. Com investimento do governo de Minas Gerais, o laboratório começará a operar com capacidade anual de produzir 23 toneladas de ímãs por ano, podendo chegar a 100 milhões de toneladas nos próximos anos.

PRODUÇÃO E RESERVAS DE TERRAS RARAS



Fonte: USGS

O GLOBO

Fonte: O Globo

Data: 30/05/2019



PROSPECÇÃO POR IMAGENS REMOTAS PODE FACILITAR MINERAÇÃO DE OURO

Em busca de minas de ouro

Pesquisadores do Instituto de Geociências da Unicamp, em parceria com o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), desenvolveram um estudo que poderá agregar maior eficiência à prospecção mineral do ouro.

O objetivo era explorar o sensoriamento remoto hiperespectral, ou seja, a aplicação de sensores de alta resolução espectral para a obtenção remota de informações detalhadas de um objeto na superfície terrestre.

A técnica pode fornecer dados valiosos para a prospecção de alguns tipos de depósitos de ouro, elemento cuja aplicação é essencial em áreas como medicina, construção de satélites e até mesmo fotografia.

O pesquisador João Luís Carneiro Naletto explica que o objetivo foi suprir carências no conhecimento sobre os depósitos de ouro orogênicos - gerados em ambientes de convergência de placas tectônicas e que correspondem a grande parte da produção mundial de ouro - do tipo hipozonais ou de fácies anfíbolito, ainda pouco estudados à luz de tecnologias espectrais.

Os depósitos hipozonais ficam hospedados em terrenos metamorfizados a profundidades maiores de 15 km e a temperaturas de cerca de 700º C e costumam ser menos significativos do que os depósitos orogênicos do tipo fácies xisto-verde, formados a temperaturas inferiores a 450º C.

"Os resultados demonstram que estas tecnologias, reconhecidamente de resposta mais rápida e, em certos casos, mais baratas que alguns métodos tradicionais, são capazes de fornecer informações adicionais chave para a prospecção aurífera em ambientes geológicos e climáticos semelhantes ao estudado," afirmou João Luís.

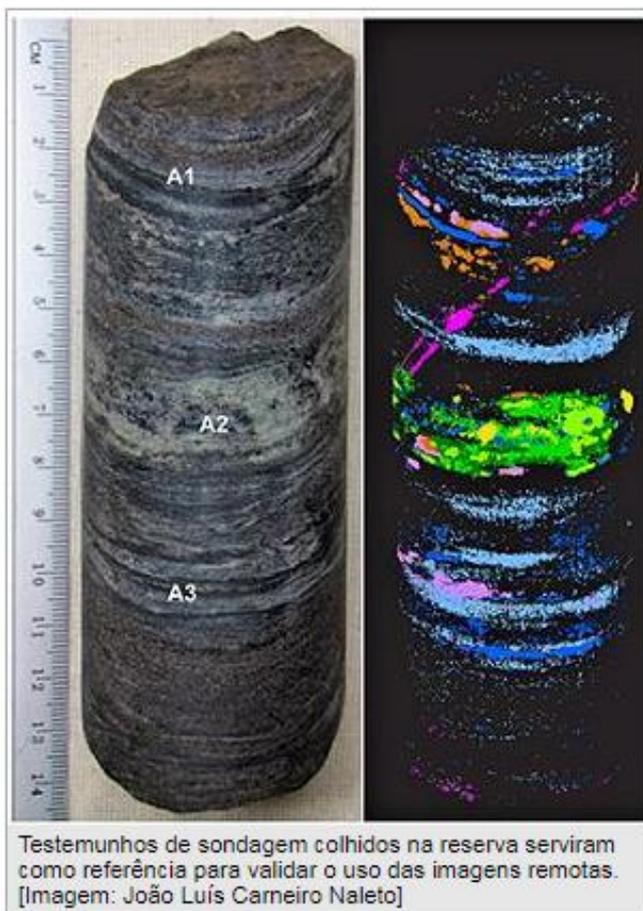
Reserva de ouro de Pedra Branca

Na parte prática da avaliação, o trabalho estabeleceu um modelo espectro-mineralógico para o depósito de Pedra Branca, localizado na região central do estado do Ceará, utilizando a espectroscopia de refletância em amostras coletadas em campo. Esta tecnologia é de operacionalidade simples e rápida, e fornece informações composicionais com base na interação entre a energia eletromagnética nas faixas do visível ao infravermelho de ondas curtas e a superfície dos materiais.

Os resultados da espectroscopia de refletância foram então comparados com os obtidos pelo sensoriamento remoto hiperespectral, mostrando que o processamento digital das imagens remotas pode ser usado para a prospecção aurífera.

Além disso, os guias minerais estabelecidos podem ser investigados por sensores em múltiplas escalas, como portáteis, perfiladores, imageadores de bancada, aerotransportados ou satelitais.

A expectativa dos geólogos é que o exemplo de aplicação destes métodos na região de Pedra Branca fomente a inclusão da espectroscopia de reflectância e do sensoriamento remoto hiperespectral nos fluxos de trabalho de projetos exploratórios.





JUPITER GOLD AFIRMA QUE PRODUÇÃO DE OURO COMEÇA ESTE ANO EM MG

A Jupiter Gold Corporation declarou nesta quarta-feira (22) que o projeto Pindaíba, seu primeiro de royalties, deverá iniciar a produção no terceiro trimestre de 2019. Ele é operado pela Brazil Minerals (BMIX), no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais

"A planta de recuperação de ouro da companhia [BMIX] será utilizada nas operações e a Jupiter Gold receberá 50% de royalties sobre as receitas de ouro. A Brazil Minerals ficará com os outros 50% e 100% das receitas de diamantes", disse a empresa em nota divulgada hoje

A empresa declara que o Vale do Jequitinhonha tem exploração de ouro e diamantes desde a década de 1700 e "novas descobertas de depósitos atraentes ainda estão sendo feitas". "Pindaíba é o nome de uma dessas áreas de depósito. Há mais de dez anos, mais de 1 mil colonos mineravam Pindaíba e, desde então, foram totalmente removidos.

A atividade de garimpo, diz a Jupiter, é um dos fortes marcadores para um local de mineração de qualidade, e essa informação foi um dos critérios usados na avaliação deste projeto em relação a outras oportunidades antes de uma campanha de sondagem. "Em 2018, a Brazil Minerals realizou 35 furos de sondagem em uma subseção de Pindaíba. Todos os furos foram positivos para ouro e a maioria deles também mostrou marcadores minerais específicos para diamantes", disse a empresa.

A Jupiter Gold diz esperar que, com as receitas geradas a partir do royalty recebido do projeto Pindaíba, haja uma boa probabilidade de que ele se torne um fluxo de caixa positivo. A Jupiter Gold é uma companhia de royalties de ouro com vários projetos de ouro, paládio, platina e manganês em fase de exploração no Brasil.

Diamantes

A Brazil Minerals disse, na semana passada (13), que uma operação de ouro e diamante a céu aberto no Vale do Rio Jequitinhonha está em fase de "planejamento avançado".

"Na semana passada, a companhia concluiu três de um total de seis furos com o objetivo de demarcar os limites precisos da cava inicial de mineração. Neste direito mineral [de 530 hectares], como anunciado anteriormente, uma campanha de sondagem mostrou ouro em todos os 35 furos, bem como marcadores de diamantes na maioria deles", disse a empresa, afirmando que há potencial para lavra a céu aberto "durante um período de tempo substancial".

A mineradora declarou também que um dos seus geólogos está avaliando onde uma segunda operação de ouro e diamante poderia ser iniciada entre os muitos outros direitos minerais da companhia no Vale do Rio Jequitinhonha, que juntos têm mais de 10 mil hectares.

"Vários desses direitos já estão na fase de concessão de lavra, a mais alta categoria no Brasil. Atualmente, parece haver sete novas minas em potencial, cada uma dentro de um direito mineral diferente de propriedade da companhia", disse a BMIX, acrescentando que a lavra será de baixo custo, a céu aberto, durante todo o ano usando plantas menores baseadas em centrifugação, uma vez que o ouro é encontrado em forma de pó fino dentro de cascalho.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 22/05/2019

FOLHA DE S.PAULO



AGÊNCIA DE MINERAÇÃO AUTORIZA GARIMPO EM ÁREAS PROTEGIDAS NO PARÁ

Ministério Público pediu paralisação de atividades; agência diz que problemas são 'falha de comunicação'

A Agência Nacional de Mineração (ANM) tem liberado projetos de mineração dentro de unidades de conservação (UCs) no Pará, segundo o Ministério Público Federal (MPF), que pede à Justiça a paralisação urgente das atividades de garimpo.

Além da interrupção da mineração, o MPF pede a suspensão, em 30 dias, das licenças para atividade garimpeira nas UCs, e a proibição de novas autorizações para empreendimentos. A procuradoria também quer que a União e a ANM recuperem as áreas degradadas e paguem indenização por dano moral coletivo.

O MPF afirma que há exploração mineral nas Florestas Nacionais (Flona) de Itaituba 1 e 2, e de Trairão. As atividades, que são proibidas em UCs, têm provocado danos à região, como desmatamento e assoreamento de rios, diz a procuradoria.

Reportagem da Folha do ano passado já apontou a presença de retroescavadeiras hidráulicas usadas no garimpo ilegal que causavam degradação em rios da região.

Segundo Hugo Elias Silva Charchar, procurador de República, era comum sequer haver estudos de impacto e um devido processo de licenciamento ambiental nos pedidos, irregularmente aprovados pelos municípios e pela ANM, para exploração mineral dentro das flonas.

"São atividades que trazem um impacto grande e como não há acompanhamento de estudo ambiental mais sério não tem como saber se as empresas ali estão tomando os devidos cuidados", diz Charchar à Folha.

A ação do MPF ocorre graças a dados levantados pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), órgão responsável pela gestão das unidades de conservação.

Uma nota técnica do instituto mostra que, dentro das flonas de Itaituba 1 e 2, constam 11 lavras disponíveis para exploração, 24 autorizações para pesquisa, 166 requerimentos para lavra e outros 30 pedidos de pesquisa. Considerando só Itaituba 2, em 2015, a ANM (antigo Departamento Nacional de Produção Mineral) concedeu seis autorizações para garimpos de diamante e ouro.

O procurador afirma que a região sofre com pressão por exploração de minérios. Em 2017, uma medida provisória (MP) --e depois um projeto de lei-- tentou reduzir a Flona Jamanxin, no Pará. Emendas à essa MP buscavam também diminuir a proteção na Flona de Itaituba 2, segundo a ONG WWF-Brasil.

Questionada pelo MPF se o ICMBio teria sido consultado no processo de autorização da exploração mineral, a ANM disse não ter procurado o instituto porque não competiria "a este órgão este procedimento, e sim ao órgão ambiental licenciador, neste caso a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaituba".

Segundo Charchar, a afirmação é incorreta e a exploração mineral só poderia ser realizada na Flona caso a atividade fosse autorizada em seu decreto de criação e no planejamento de manejo.

Procurada, a ANM afirmou, em nota, que não concede títulos minerários em áreas de floresta nacional e que falhas de comunicação geram as irregularidades apontadas.

"Acontece que os órgãos ambientais podem transformar algumas áreas de unidades de conservação em Florestas Nacionais e essas informações não são passadas imediatamente ao banco de dados da ANM -- uma falha na comunicação que, às vezes, permite a concessão de títulos minerários a áreas que passaram a ser indevidas. Assim que a ANM é certificada da criação de novas Florestas Nacionais, ela retifica a outorga do título", diz a agência.

No entanto, florestas nacionais são unidades de conservação --consideradas como de uso sustentável-- e que as Flonas de Itaituba 1 e 2 foram criadas em 1998 e passaram por revisão de seus limites em 2012, e que a Flona do Trairão data de 2006.

Órgãos ambientais, mais especificamente o ICMBio, também não podem alterar a classificação das unidades de conservação, ação que só pode ser feita com justificativa técnica e a partir de leis nos âmbitos federal, estadual ou municipal. Por isso, quaisquer alterações em unidades de conservação são posteriormente publicadas no Diário Oficial.

A reportagem procurou o Ministério do Meio Ambiente, mas não teve resposta até a publicação desta reportagem.

Fonte: Folha de S. Paulo

Autor: Phillippe Watanabe

Data: 22/05/2019



BRUMADINHO: TERRENOS ATINGIDOS PELA LAMA DA VALE TÊM POTENCIAL DE MINERAÇÃO

Mineradora é acusada de omitir informações no momento de fazer as indenizações

A Vale está sendo acusada de omitir informações sobre parte dos terrenos atingidos pela lama em Brumadinho que têm potencial de mineração. Segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM), há potencial minerário em locais devastados pela tragédia e isso não foi informado aos donos dos terrenos e nem à Defensoria Pública, que homologou acordos de indenização entre a mineradora e os moradores.

De acordo com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), essa informação dá direito aos moradores de reivindicar mais dinheiro do que está sendo oferecido pela empresa.

A polêmica está debaixo de toneladas de lama e a área coberta de rejeitos de minério da barragem que se rompeu em Brumadinho pode ser lucrativa para a Vale.

São 905 hectares que ficam perto do Córrego do Feijão. Uma área equivalente a 900 campos de futebol. O terreno que está sem vida, era fonte de renda para agricultores da região antes da tragédia. No local existiam sítios, plantações, criações de animais que serviam de sustento para muita gente.

O que ninguém sabia é que debaixo desse solo existe uma jazida mineral e a Vale está de olho nela há pelo menos 13 anos. O documento da ANM mostra que a mineradora começou o processo de pesquisa no terreno em 2006.

A área foi vasculhada pela empresa durante quatro anos, com autorização da agência. Segundo a Vale, foram feitos três furos de sonda na parte noroeste da área, e o relatório final, apresentado à ANM, foi positivo.

A Vale disse que na região foi encontrado um potencial mineral pequeno, de apenas 430 mil toneladas, mas o engenheiro de produção mineral Bruno Milanez falou que o relatório positivo significa que existe uma quantidade de minério de ferro que torna a exploração economicamente viável.

“A gente tem que entender que o direito mineral ele se mantém durante muito tempo, então a Vale, enquanto ela tiver o direito mineral sobre aquela área ninguém mais pode minerar lá. É um estoque de minério de ferro que ela tem para ser usado no momento que ela achar mais interessante”, explicou Milanez.

Somente que essa informação de que pode haver uma riqueza mineral no solo, não foi passada a um dos principais interessados nesse processo: os donos dos terrenos.

Em abril deste ano, a Defensoria Pública de Minas Gerais firmou um termo de compromisso com a Vale para indenização de danos materiais e morais dos atingidos pelo rompimento da barragem de Brumadinho, mas a defensoria garante que em momento algum foi informada pela Vale sobre o potencial mineral da região e isso pode mudar os parâmetros de negociação.

O MAB disse que a falta de transparência nas informações prejudica as famílias.

“É uma postura de um criminoso que amplia cada vez mais o seu crime na medida em que ele sonega as informações à população e, com isso, consegue retirar direitos dessa população. Esse fato de ter uma região com uma concessão, e justamente essa região atingida, já ter tido pedido de concessão de lavra nessa região isso poderia ter um valor das terras muito maior do que o valor que a Vale está pagando”, afirmou Joceli Andreoli, membro da Coordenação Nacional do MAB.

O processo de pesquisa mineral está sob sigilo a pedido da Vale e a data dessa solicitação gerou desconfiança. O sigilo foi pedido à ANM no dia 9 de abril deste ano – quatro dias depois da assinatura do termo de compromisso feito com a defensoria.

“Pra nós, isso não faz diferença nenhuma. Vamos constatar é se houve ou não esse prejuízo às pessoas com sigilo ou sem sigilo. Se houver prejuízo, vamos negociar novos valores. Esse acordo tem objetos definidos, versa sobre prejuízos conhecidos naquela época, se novos prejuízos vierem a ser constatado e a gente previu isso no acordo, novos acordos pra tratar desses novos prejuízos constatados podem ser feitos, ou seja, daquilo que a gente sabia, tinha conhecido da época, o acordo foi feito”, falou o defensor público Felipe Soledade.

O Ministério público pediu informações sobre o processo a agência nacional de mineração.

“Em princípio, o sigilo pode vir a representar um prejuízo pra essas pessoas que não conseguem ali, sem postura clara e prévia da empresa, de boa-fé, que efetivamente passe o que é e o que não é de interesse daquela área, a imposição do sigilo pode representar o bloqueio ao acesso a essas informações”, comentou a promotora de Justiça Ana Tereza Salles Giacomini.

O advogado especialista em direito processual Dierle Nunes disse que também vê com estranhamento o pedido de sigilo e questiona o fato de a Vale estar condicionando as indenizações à uma transferência de posse dos terrenos para a empresa, ou seja, para receber a indenização, o atingido tem que abrir mão do terreno.

“Se esse terreno tem um potencial mineral dele que ao que parece estar constatado e isso não foi informado durante a negociação claramente, não se sabe efetivamente o potencial econômico que esses terrenos vão gerar e talvez a transferência para a Vale permita a ela ter um ganho financeiro a posteriori que não foi explicado para as pessoas nem para a defensoria que auxiliou na negociação desse acordo coletivo,

talvez possa lucrar com a tragédia, se há realmente a demonstração de que existe um potencial mineral em relação aos terrenos não há dúvida de que haveria esse potencial de lucro em relação a esses terrenos caso as pessoas aceitem a realização do acordo. Numa situação como essa, que envolve uma tragédia, não fica muito claro todos os aspectos da negociação em todos os pontos, com todas as repercussões, inclusive econômicas”, explicou Nunes.

Até o momento, 21 acordos foram homologados, segundo a Defensoria Pública de Minas. O MAB cobra uma solução imediata para a falta de informação.

“Muda as pessoas que estão numa área riquíssima e elas podem reivindicar como direito uma reparação muito maior do que está sendo oferecido pela empresa, porque essa é uma área de grande interesse econômico da empresa e as pessoas sabendo disso elas se empoderam e ela vão exigir a reparação justa, adequada sobre essa realidade. A Vale tenta fazer negócios, inclusive das tragédias, é o que está acontecendo em Brumadinho. A Vale está construindo um novo negócio em cima do crime que ela cometeu”, completou Joceli.

Em nota, a Vale informou que solicitou o sigilo para o conteúdo de todos os seus processos e relatórios, e não somente o desse caso. Segundo a empresa, o pedido foi motivado por uma questão de estratégia de negócio e essa solicitação está em análise pela ANM.

A Vale reafirma que não há reservas de minério significativas nas áreas atingidas pela lama, e que os acordos de indenização assinados com a Defensoria Pública têm o objetivo de dar uma solução rápida e justa para os danos individuais.

Neste domingo (25), a Polícia Civil informou que mais uma vítima da tragédia foi identificada. Agora, são 243 mortes confirmadas e 27 pessoas continuam desaparecidas.

Fonte: G1

Autores: Viviane Possato, Fernando Zuba e Naiana Andrade

Data: 27/05/2019

GAÚCHAZH.

RS TEM PROJETOS PARA INVESTIR ATÉ R\$ 2 BI EM MINERAÇÃO

São quatro grandes empreendimentos com previsão de criar 2,3 mil vagas. Ministérios públicos acompanham tramitação de pedidos no governo

Depois de anos deixado em segundo plano, o setor de mineração está voltando a ganhar protagonismo no Rio Grande do Sul. Um novo ciclo de investimentos prevê a aplicação de R\$ 1,97 bilhão para implantar pelo menos quatro grandes projetos já em processo de licenciamento ambiental.

Se todos os principais empreendimentos em busca de autorização forem liberados, seriam criadas novas 2.277 vagas na nova era de mineração no Rio Grande do Sul.

Essas iniciativas são consideradas estratégicas pelo governo estadual para alavancar a economia, gerar emprego e renda, mas enfrentam uma resistência crescente de movimentos ambientalistas pelo temor de danos à natureza. Os Ministérios Públicos Estadual e Federal acompanham a tramitação dos pedidos de instalação.

Os projetos em desenvolvimento

Veja os principais empreendimentos de mineração em busca de licença para começar a operar no Estado



Mina Guaíba

Empreendimento: mina de carvão, areia e cascalho da empresa Copelmi com previsão de se manter em operação por 23 a 30 anos. As reservas de carvão são estimadas em 166 milhões de toneladas.

Localização: Charqueadas e Eldorado do Sul.

Investimento previsto: R\$ 600 milhões.

Empregos diretos: 331 na implantação e 1.154 na operação

Estágio: está em processo para obtenção de licença prévia na Fepam. Depois disso, ainda é necessário obter licença de instalação (que autoriza início das obras) e de operação (começo da atividade). Já foi realizada uma audiência pública em Charqueadas e outra deverá ser feita em Eldorado.

Preocupação ambiental: ficaria localizada a 535 metros do Parque Estadual Delta do Jacuí e a 240 metros de área de preservação ambiental (e pouco mais de 1,5 quilômetro do próprio Rio Jacuí). Não prevê barragem de rejeitos, mas a deposição desses materiais no fundo das próprias cavas abertas para extrair o carvão.



Projeto Caçapava do Sul

Empreendimento: instalação de uma mina a céu aberto para extração de zinco, chumbo e cobre sob responsabilidade da empresa Nexa Resources (ex-Votorantim Metais). A vida útil da mina é estimada em 20 anos.

Localização: Caçapava do Sul.

Investimento previsto: R\$ 371 milhões*

Empregos diretos: 450 na operação (não foi informado na instalação)

Estágio: a empresa busca licença prévia para depois buscar as licenças de instalação (que autoriza obras) e de operação para início das atividades. Foram realizadas audiências públicas em municípios da região como Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista, Bagé e Pinheiro Machado. No momento, a empresa realiza estudos complementares solicitados pela Fepam.

Preocupação ambiental: moradores e ambientalistas temem a descaracterização do ambiente e o risco de contaminação com materiais como chumbo na região, incluindo o Rio Camaquã – localizado a menos de um quilômetro. O projeto não prevê barragem, mas empilhamento de rejeitos a seco. Essas pilhas devem ser impermeabilizadas e contar com drenos para captar a água da chuva, que será reutilizada. A empresa argumenta que as pilhas "foram projetadas de forma a interagir com a topografia local".



Fosfato Três Estradas

Empreendimento: extração e beneficiamento do minério de fosfato para produção de matéria-prima para a indústria de fertilizantes e de corretivo agrícola. A operação da empresa Águia Fertilizantes pode chegar a 50 anos.

Localização: Lavras do Sul.

Investimento previsto: R\$ 200 milhões.

Empregos diretos: 700 na implantação e 323 na operação.

Estágio: busca licença prévia da Fepam, para depois buscar as licenças de instalação (para começo de obra) e de operação. Foi realizada uma audiência pública no dia 20 de março, e a Fepam encaminhou outras 30 perguntas para a empresa a fim de sanar dúvidas – já respondidas.

Preocupação ambiental: o estudo ambiental prevê a instalação de uma barragem de rejeitos e de calcário excedente. Essa barragem seria do tipo a jusante (cresce apenas sobre ela mesma, mais estável) e não a montante (como eram as de Brumadinho ou Mariana, nas quais as barreiras aumentam sobre o próprio rejeito, o que é menos seguro). A empresa argumenta que o calcário será retirado ao longo dos anos, reduzindo progressivamente o volume da barragem.



Projeto Retiro

Empreendimento: extração de titânio (utilizado principalmente na produção de pigmentos) e zircônio (matéria-prima para a indústria cerâmica) ao longo de 21 anos. A empresa responsável é a Rio Grande Mineração (RGM).

Localização: São José do Norte.

Investimento previsto: R\$ 800 milhões.

Empregos diretos: 1,5 mil na instalação e 350 durante a operação.

Estágio: já recebeu Licença Prévia (admite a possibilidade de um empreendimento se instalar em uma determinada área), mas ainda não entrou com pedido para licença de instalação (para início de obra). No momento, estão sendo feitos estudos mais detalhados de engenharia.

Preocupação ambiental: o Ministério Público Federal tenta suspender a concessão da licença prévia por razões como o fato de o empreendimento se localizar em "ambiente muito frágil, de baixa resiliência e alta vulnerabilidade a lesões de grande magnitude, onde vivem espécies ameaçadas de extinção". Não prevê barragem. O material não utilizado deve ser usado para recompor as áreas já lavradas.



O recurso previsto apenas para a abertura das minas equivale a mais do que todo o valor comercializado em minérios em um ano no Estado — R\$ 1,3 bilhão em 2017, dado mais recente disponível. As iniciativas em busca de autorização para começar as escavações incluem os municípios de Eldorado do Sul e Charqueadas (carvão), Caçapava do Sul (chumbo, zinco e cobre), Lavras do Sul (fosfato e calcário) e São José do Norte (titânio e zircônio). Para o engenheiro de Minas e professor de Avaliação de Recursos Minerais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) João Felipe Costa, a aprovação colocaria o Estado em um "novo ciclo" de mineração.

“Estou nesse ramo desde o começo dos anos 1980 e, desde então, o Rio Grande do Sul tem se mostrado refratário a esse setor. Nesse período, fecharam muitas minas, e as empresas interessadas em investir eram desestimuladas por uma série de obstáculos políticos e legais. Agora, isso parece estar mudando”, analisa Costa.

O cenário se tornou bem mais favorável já na gestão do governador José Ivo Sartori. O Piratini criou o Comitê de Planejamento de Mineração do Estado, uma política estadual para o carvão mineral, e instituiu o Polo Carboquímico do Estado prevendo um complexo na Campanha e outro no Baixo Jacuí. Esse contexto favorece o andamento de projetos que já vinham evoluindo lenta e silenciosamente. “A intenção de explorar titânio na região de São José do Norte já existe há uns 30 anos, mas sempre esbarrou em obstáculos. Na Austrália, esse mineral já vem sendo explorado há anos na costa”, afirma o professor da UFRGS.

Além de um ambiente político mais favorável, o atual interesse pelas riquezas minerais gaúchas pode ser explicado pela evolução tecnológica que permite o uso do carvão de forma menos poluente, por exemplo, e por um momento internacional favorável. Depois de um boom no começo dos anos 2000, seguiram-se anos de baixa demanda — tendência que começou a ser revertida desde 2017.

“Somos um governo de evolução, e a mineração faz parte da estratégia do Estado já desde gestões anteriores para superar suas dificuldades econômicas. Temos a intenção de atrair investimentos nessa área,

mas a Fepam (Fundação Estadual de Proteção Ambiental) tem autonomia para analisar e conduzir o licenciamento”, afirma o secretário-adjunto da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Infraestrutura, Paulo Pereira.

O Rio Grande do Sul tem hoje cinco minas de grande porte (em nível de produção, com mais de um milhão de toneladas por ano), 86 médias e 1,1 mil pequenas ou micro. Os empreendimentos mais produtivos incluem áreas de extração de carvão, brita, cascalho e areia, mas o valor total comercializado e o número de pessoal empregado no setor vêm caindo nos últimos anos. Conforme o Anuário Mineral Estadual, produzido pela Agência Nacional de Mineração, entre 2013 e 2017 o valor da produção recuou de R\$ 1,4 bilhão para R\$ 1,35 bilhão, e o número de empregos na área diminuiu de 12,7 mil para 11,4 mil.

Os minérios e para que servem

Veja algumas das destinações dos materiais envolvidos nos novos projetos de extração no Estado

Areia e cascalho

Materiais utilizados na construção civil, em obras de infraestrutura e civis, pavimentação, concreto e edificações.



Calcário

Utilizado na agricultura para correção do pH do solo, em nutrição animal e na indústria.



Carvão

Tradicionalmente queimado para geração de eletricidade, agora a ideia é convertê-lo em gás (chamado gás de síntese) para produção de energia ou conversão em outros produtos químicos como combustível sintético.



Chumbo

Utilizado principalmente em baterias automotivas, industriais, soldas, fusíveis, revestimento de cabos elétricos e na proteção contra raio-X.



Cobre

Em razão da sua excelente condutividade, é empregado em sistemas elétricos. Está presente em fios elétricos, celulares e ar-condicionados.



Fosfato

Composto químico formado por fósforo e oxigênio, sua principal aplicação é na agricultura, como fertilizante.



Titânio

O mineral encontrado no Estado pode ser empregado para produzir pigmentos para tintas com aplicação em plásticos e papéis, entre outros.



Zinco

Empregado na agricultura, na indústria farmacêutica e cosmética. Auxilia no tratamento de doenças como pneumonia, malária e desnutrição. Presente em produtos de maquiagem, fivelas de bolsas, desodorantes, tintas e lâmpadas fluorescentes.



Zircônio

Pode ser usado como aditivo aumentando a resistência de aços ou usado em ligas como o níquel na indústria química. Também usado na indústria cerâmica.



Fonte: Gauchaz

Autor: Marcelo Gonzatto

Data: 24/05/2019

MINERADORA BHP PLANEJA EXPANDIR PRODUÇÃO DE NÍQUEL EM MEIO A "BOOM" DE BATERIAS

A mineradora global BHP disse nesta quarta-feira que planeja expandir suas operações com sulfeto de níquel em meio a um esperado 'boom' na demanda pelo material para uso em baterias para veículos elétricos.

Mas a empresa não está querendo produzir o principal ingrediente da bateria de lítio, uma vez que vê essa produção como menos lucrativa.

Ao falar sobre a estratégia da companhia para o longo prazo, o diretor financeiro da BHP, Peter Beaven, disse que o crescimento do níquel pode vir tanto com exploração quanto com aquisições.

"Estamos interessados em adicionar mais recursos de sulfeto de níquel ao nosso portfólio, por isso devemos continuar adicionando opções de exploração nessas áreas", disse ele.

"Não precisamos fazer fusões e aquisições, mas nunca descartamos isso como uma maneira de adquirir grandes bases de recursos."

A maior mineradora do mundo disse no começo do mês que decidiu manter suas operações de níquel no oeste da Austrália, que antes haviam sido colocadas à venda.

O níquel está com maior demanda em meio a uma busca por carros elétricos que possam viajar mais com uma única carga. O uso de mais níquel também reduz custos, ao exigir menor uso de cobalto, que é caro e um dos pilares das baterias atuais para veículos movidos a eletricidade.

Mineradores de sulfeto de níquel na Austrália Ocidental que poderiam alimentar as operações da BHP, além de serem potenciais alvos de aquisição, incluem Western Areas Ltd, Independence Group, Panoramic Resources, Mincor e Cassini Resources Ltd.

O vice-presidente de estratégia da BHP, Paul Perry, disse que empresa não pretende entrar no lítio, uma vez que espera que os lucros do setor sejam atingidos à medida que mais oferta entre em funcionamento na esteira de técnicas de produção mais baratas.

A estratégia da BHP para baterias contrasta com a da rival Rio Tinto, que tem enormes, mas ainda pouco desenvolvidas reservas de lítio em Jadar, na Sérvia.

Beaven também disse que a BHP precisa de mais opções para crescimento em cobre e petróleo, mas apontou que é improvável que a empresa amplie significativamente a capacidade em minério de ferro ou carvão metalúrgico além de aumentos advindos da melhoria da produtividade.

Fonte: Reuters

Autor: Melanie Burton

Data: 22/05/2019

VALE ENTREGA PLANO DE DESCARACTERIZAÇÃO DE BARRAGEM DE BARÃO DE COCAIS

Outras 3 estruturas da mineradora sob risco máximo também tiveram projetos protocolados

A Vale entregou à Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Minas Gerais (Semad) plano de descaracterização das quatro barragens da empresa colocadas em nível 3 de segurança, o que significa dizer que podem ruir a qualquer momento. As estruturas ficam em Barão de Cocais (Sul Superior), Nova Lima, distrito de Macacos (B3/B4), e Ouro Preto (Forquilha I e Forquilha III).

A descaracterização, basicamente, é o desmonte da barragem. O tempo para que isso ocorra depende do tamanho de cada estrutura. Conforme legislação estadual aprovada em fevereiro, as empresas tinham até esta terça-feira, 27, para apresentar os planos, que envolvem exclusivamente barragens a montante. As quatro represas da empresa fazem parte de um total de 15 da mineradora no Estado que tiveram os documentos entregues.

O método a montante é considerado de risco pelo elevado poder de destruição em caso de rompimento. A barragem de Fundão, da Samarco, joint-venture formada entre a Vale e a BHP Billiton, se rompeu em 2015 matando 19 pessoas. O distrito de Bento Rodrigues, de Mariana, foi destruído. A lama que desceu da barragem poluiu o Rio Doce e o litoral norte do Espírito Santo. Em janeiro deste ano, a barragem de Córrego do Feijão, da Vale, em Brumadinho, também se rompeu, matando 244 pessoas. Outras 26 estão desaparecidas. Ambas foram construídas no método a montante.

Balanço

Os planos para descaracterização de 21 de um total de 48 barragens construídas sob este modelo no Estado ainda não foram registrados como entregues pela Semad, conforme lista de registros atualizada na tarde desta terça, 28. As 21 barragens pertencem a 12 empresas. Conforme nota da Semad, "existe a possibilidade de que algum documento tenha sido protocolado em uma das nove superintendências regionais de meio ambiente e ainda não tenha sido identificado".

Das 21 barragens que constam na lista que não tiveram planos apresentados, três são da Vale (Doutor, em Ouro Preto; Conceição, em Itabira; e Campo Grande, em Mariana). Em nota, a empresa afirmou que "as barragens Conceição, em Itabira, e Campo Grande, em Mariana, não integram a lista de barragens que irão ser descaracterizadas porque ambas não foram construídas pelo método a montante. Conceição tem método construtivo convencional enquanto Campo Grande foi construída pelo método de linha de centro e está erroneamente classificada como a montante pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM)". Sobre a barragem de Doutor, a empresa afirma que a represa "também foi construída pelo método de linha de centro e não a montante. Por este motivo ela não integra o projeto de descaracterização".

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) também aparece na lista da Semad como não tendo entregue os planos de descaracterização de duas barragens em Congonhas e Ouro Preto. A assessoria de comunicação da empresa, no entanto, afirma que todos os documentos referentes a barragens da mineradora no Estado foram entregues no prazo estabelecido.

Entre as empresas que também tiveram entrega do plano confirmada pela Semad está a Samarco, em relação à barragem de Germano, que fica próxima à de Fundão. Por nota, a empresa afirmou que "o documento protocolado propõe a execução das atividades em etapas a fim de garantir a estabilidade de longo prazo dessas estruturas, bem como a conformação final do reservatório".

O texto diz ainda que "para monitorar as estruturas do Complexo de Germano, em Mariana, a Samarco conta atualmente com um sistema de monitoramento integrado, que inclui um Centro de Monitoramento e Inspeção (CMI), em operação 24 horas por dia, sete dias por semana". A estrutura chegou a apresentar trinca na mesma época em que Fundão ruiu.

Segundo a empresa, a "barragem e a cava do Germano permanecem estáveis, conforme aponta o monitoramento e acompanhamento de auditoria independente. Relatórios sobre as condições das estruturas são remetidos periodicamente aos órgãos competentes. As estruturas possuem Declaração de Condição de Estabilidade (DCE)".

Como funciona

Após novo acidente, métodos para construção de barragens voltam a ser discutidos por especialistas em mineração. Entenda as diferenças entre cada um deles

Reservatório de rejeitos

O **minério de ferro** é encontrado na natureza na forma de rochas, misturado a **outros elementos**



MINÉRIO DE FERRO BRUTO

O processo de extração do minério

Na mina, um processo de beneficiamento é feito para eliminar a parte indesejável



1 Primeiro o minério é moído

2 O conjunto de grãos recebe um **reagente** que permite a sua separação da água. Os componentes se separam pela densidade

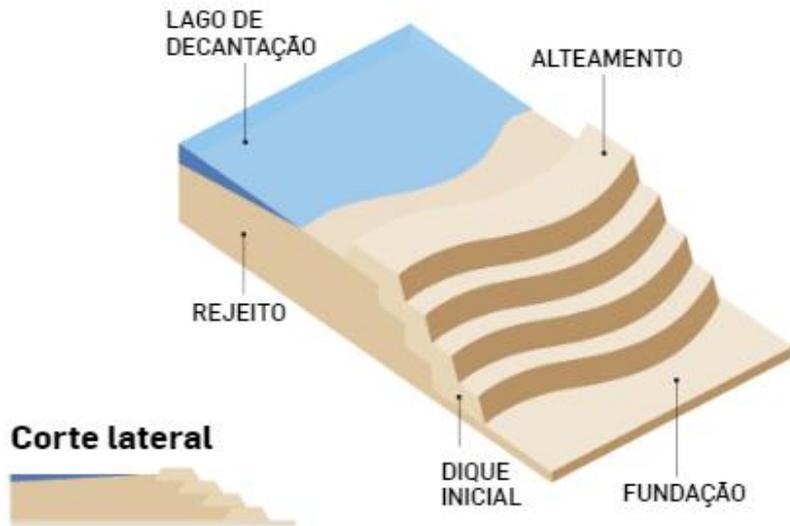
3 Uma parte, composta predominantemente de água, areia e resíduos dos reagentes e demais elementos químicos presentes nas rochas, é rejeitada na barragem

4 A parte que contém a polpa do minério de ferro tem agora 67% de pureza e é transportada por minerodutos

Barragens

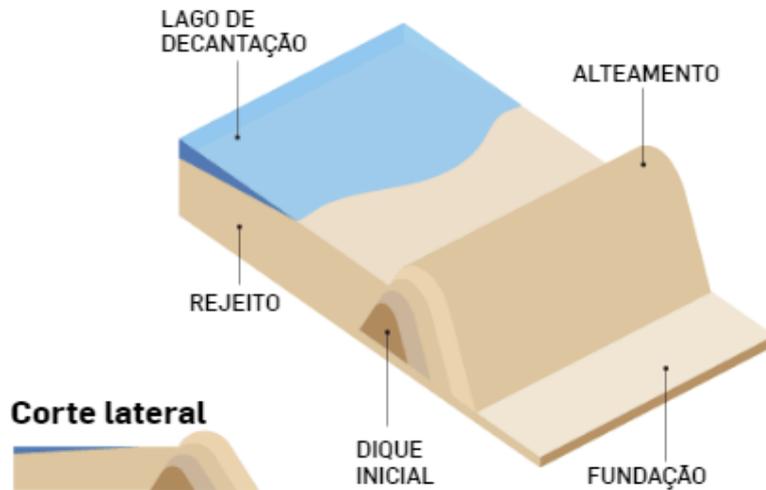
Alteamento à montante

Esse método foi empregado na Barragem de Fundão, em Mariana, e na barragem I no Córrego do Feijão, em Brumadinho. As duas estruturas se romperam. É considerado de baixo custo e permite maior velocidade no alteamento.



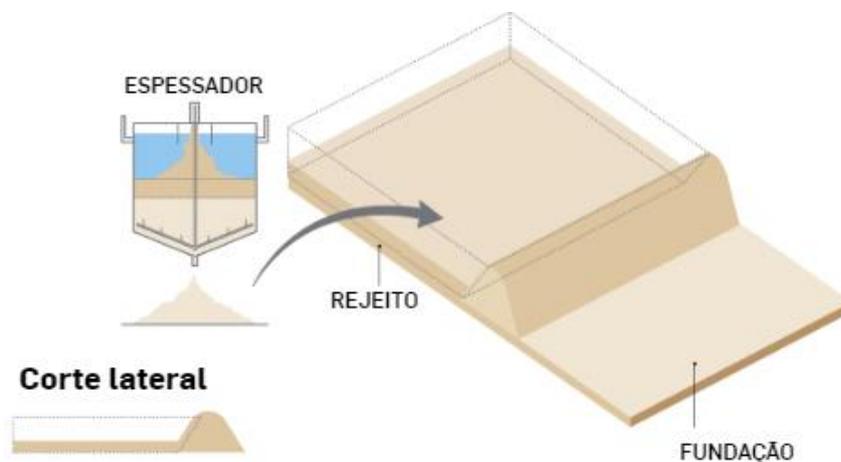
Alçamento à jusante

Neste modelo, a estrutura cresce de forma convencional, como barragem para acúmulo de água. A estrutura é considerada mais estável por não usar o próprio rejeito para a construção e tem como desvantagem o preço em comparação ao método à montante.



Empilhamento a seco

Os rejeitos passam por espessadores e filtros para que fiquem mais sólidos. A pasta final resultante da ação de substâncias químicas e decantação é espalhada na área, que pode ser protegida por um dique. Após secar ao sol, pode receber nova camada de rejeitos.





MERCADO GLOBAL DE COBRE ENFRENTA ESCASSEZ E OUTROS RISCOS

O declínio dos preços do cobre, que recuaram 9% em maio devido à escalada da disputa comercial entre os EUA e a China, sugere uma deterioração dos fundamentos desse mercado. Além disso, os problemas do lado da oferta provavelmente levarão a um mercado mais restrito

O cobre é usado nas indústrias de energia e construção e é visto pelos investidores como um indicador da saúde econômica global. Os preços de referência do cobre na Bolsa de Metais de Londres (LME), negociados a cerca de US \$ 5.850 a tonelada, caíram quase 9% este mês.

A queda deve-se em grande parte ao potencial de destruição da demanda na China, que responde por quase metade do consumo global de cobre, estimado em cerca de 24 milhões de toneladas este ano.

No entanto, interrupções no Chile, o maior produtor, problemas políticos e de energia na Zâmbia e restrições às importações de sucata na China devem pesar sobre a oferta do metal no segundo semestre de 2019.

"Os déficits serão maiores do que as pessoas esperavam há dois meses", disse um gerente de fundos especializado em metais. "Você já pode ver isso no mercado físico."

No Chile, a mineradora estatal Codelco pode enfrentar uma greve em sua maior mina, Chuquicamata, onde três sindicatos rejeitaram nesta semana a oferta final de um novo acordo. A Codelco é o maior produtor mundial de cobre. Ela produziu 1,678 milhão de toneladas de cobre em suas próprias minas no ano passado.

"Este ano, estamos prevendo um déficit metálico [de produto] refinado de cerca de 270.000 toneladas", disse Kash Kamal, analista da BMO Capital Markets. "O mercado de concentrado apertado pode ser visto em taxas de tratamento que, atualmente, estão abaixo de US\$ 60 por tonelada, contra US\$ 95 em dezembro", afirmou.

As mineradoras pagam taxas de tratamento e refino às fundidoras para processar seu concentrado em metal.

Também no radar está a mina chinesa Las Bambas, da MMG, no Peru, onde um bloqueio na estrada por parte da comunidade local, depois que as negociações de compensação falharam, está alimentando a preocupação com a disponibilidade de concentrado de alta qualidade.

Uma das maiores minas do Peru, a Las Bambas produz cerca de 400.000 toneladas de cobre por ano. Na Zâmbia, que produziu 860.000 toneladas de cobre no ano passado, as mudanças nos impostos de mineração deverão reduzir a produção em 100.000 toneladas este ano.

A energia na Zâmbia também é um problema. "Com a maior parte da energia da Zâmbia proveniente de usinas hidrelétricas, a seca em curso pode levar a uma iminente redução de carga que durará até os próximos seis a nove meses e potencialmente impactar a produção de cobre", disse Max Layton, analista do Citi.

Os analistas calcularam as interrupções na produção de cobre em torno de 5% este ano, ou cerca de 1,2 milhão de toneladas.

Mas os riscos de um número maior são significativos e podem resultar em um déficit maior do que o esperado, o que teria que ser coberto por retiradas dos estoques da bolsa de mercadorias já em tendência de baixa.

Os estoques totais de cobre nos armazéns aprovados pela LME estão em 212.450 toneladas, enquanto os estoques em depósitos monitorados pela Bolsa de Futuros de Xangai estão em 172.266 toneladas.

Restrições sobre as importações de sucata na China também deverão contribuir para a escassez nos próximos meses. "Mesmo que a demanda seja fraca na China, terá que importar mais concentrado e metal refinado por causa das regras da sucata", disse o gerente do fundo.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 31/05/2019



GOVERNO FEDERAL EXPÕE SOBRE EIXOS ESTRUTURANTES PARA O SETOR MINERAL

A secretária-adjunta de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Profa. Dra. Lilia Mascarenhas Sant'Agostino apresentará a palestra "Eixos estruturantes do governo federal para o setor mineral brasileiro", em 31 de maio, em Brasília.

A secretária Lília Sant'Agostino irá apresentar os eixos estruturantes desenvolvidos pelo Ministério de Minas e Energia, que têm como principais linhas de ação a modernização da gestão da atividade de mineração, o incentivo à prospecção mineral e o aprimoramento das práticas sustentáveis com foco na segurança das estruturas da mineração e do meio ambiente. Após a apresentação, haverá tempo para perguntas e discussões.

A palestra é um evento comemorativo ao Dia do Geólogo (celebrado em 30 de maio) e será iniciada às 17h30, no auditório do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília, ICC Centro, Campus Darcy Ribeiro. O acesso é gratuito e audiência estará limitada à capacidade de lotação do auditório.

Fonte: Portal da Mineração

Data: 27/05/2019